
017ª SESSÃO ORDINÁRIA – 14MAR2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Sr. Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

O SR. REGINALDO PUJOL (Requerimento): Sr. Presidente, na tarde de ontem, por razão de todos conhecida, a Casa, tão logo abriu os trabalhos na segunda chamada, imediatamente após cerca de 2 ou 3 minutos, levantou os trabalhos como homenagem póstuma à Secretária de Estado falecida naquela data. Ocorre que, obviamente, dentro dos trâmites normais da Casa, os Vereadores que não se encontravam naquele momento – dentre os quais eu me incluo –, que logo depois aqui chegaram vão constar para todos os efeitos como faltosos nesse dia, circunstância que é injusta. Encaminhei um Requerimento para a Presidência da Casa pedindo que fosse feito o devido registro dessa circunstância porque tenho comprovação, se necessário for, e minha palavra merece fé pública nesta Casa, acho que não há necessidade que eu comprove que estava aqui às 14h20min. Toda Casa sabe disso, é verdade. Não quero que conste que eu estava faltoso nesse dia, pois há exploração de toda ordem, inclusive há gente até de fora do Estado que faz listagem: o Vereador tal faltou tantos dias. Eu não faltei, eu estava aqui na Casa no dia de ontem, absolutamente à disposição de todos, mas a máquina registrou – obviamente não tem como fazer diferente – que naquele momento eu não estava presente; daria presença quando da votação que estava marcada no dia de ontem, que não havendo não me possibilitou fazer a correção em tempo hábil. É este o registro que eu quero fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): A manifestação do Ver. Pujol está acolhida. Para cada Vereador que está na mesma situação do Ver. Pujol, na qual eu também me incluo, a orientação é que faça um Requerimento à Mesa informando que não estava presente no início da Sessão, mas que chegou dentro do horário da Sessão. Como a decisão foi de Líderes e foi logo no início da Sessão, quem não deu presença recebeu falta. Então, a Mesa vai deliberar sobre essa situação. Mas, para aqueles que estão nessa situação é

necessário que encaminhem por escrito o pedido para que a Mesa decida sobre a situação.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, primeiro eu venho, em nome da Liderança do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, fazer um agradecimento de público à postura que teve o Presidente, ontem, quando suspendeu a Sessão em função da lastimável perda da nossa Secretária Márcia Santana. Segundo, dando acordo aqui com o Ver. Pujol, eu ia fazer aqui a sugestão: que inclusive nós possamos, na Mesa de Lideranças, segunda-feira, tomar uma decisão do colegiado, homologando o que o nosso Presidente encaminhou ontem como uma situação. É porque 100% da nossa Bancada estava se dirigindo para lá, naquele momento, assim como muitos outros Vereadores e Vereadoras que lá compareceram. Eu queria deixar estes dois registros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Está feito o registro, Vereador.

Aprego o Ofício nº 0253/2013, de autoria do Presidente da Casa, Ver. Dr. Thiago, indicando a Ver.^a Jussara Cony para representar este Legislativo na Comissão Organizadora Municipal da Conferência das Cidades, a partir das 16h de hoje, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Tendo em vista que a entidade que requereu a Tribuna Popular não compareceu, bem como os convidados que iriam tratar sobre o conduto Álvaro Chaves, está aberta a inscrição para as Lideranças.

O SR. REGINALDO PUJOL (Questão de Ordem): Sr. Presidente, eu usarei a Liderança posteriormente. Acho que há outros trâmites: eu aguardo, por exemplo, que se cumpra o Grande Expediente. Está anunciado que hoje nós ouviremos o Ver. Guilherme Socias Villela, que tem um pronunciamento a ser feito. Então, eu solicito sobrestar a minha inscrição para mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu venho a esta tribuna num dia muito especial para a humanidade: hoje é o dia Mundial da Poesia, o Dia Nacional da Poesia e, ao mesmo tempo, aniversário dos 166 anos do nascimento do grande poeta Castro Alves.

Eu quero, com a poesia, na figura de Castro Alves, trazer aqui uma homenagem singela, porque a poesia diz a vida, e a vida é simples. Uma homenagem a uma mulher, uma mulher jovem, negra, uma grande liderança do Estado do Rio Grande do Sul e que ontem fez a sua passagem para um outro patamar da existência; uma mulher que fez a diferença enquanto aqui esteve e, sem dúvida, deixou um legado para que nós possamos continuar, nós, mulheres, ao lado de homens que querem as transformações, fazendo a diferença. Essa mulher é Márcia Santana, Secretária da Mulher do Governo Tarso Genro, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Desnecessário dizer da nossa convivência como Secretárias, como militantes. Eu quero fazer um agradecimento muito especial à Ver.^a Luiza, porque eu estava, de manhã bem cedo, na Santa Casa, com a minha nora, e a Ver.^a Luiza me ligou para me avisar.

Então, Vereadora, esta solidariedade entre nós que eu acho que, num momento como este, aflora acima de qualquer coisa, acima dos nossos Partidos, mas num reconhecimento do significado de mulheres como Márcia.

Eu vou fazer esta homenagem, Márcia era negra, Ver. Cleiton, Ver. Tarciso, que se estenda aos dois Vereadores negros desta Casa, através de Castro Alves, com os três últimos versos da poesia Navio Negreiro (Lê.): “Senhor Deus dos desgraçados!/ Dizei-me vós, Senhor Deus!/ Se é delírio...ou se é verdade/ Tanto horror perante os céus?!/ Ó mar, por que não te apagas/ Co’a esponja de tuas vagas/ Do teu manto este borrão?/ Astros! noites! tempestades!/ Rolai das imensidades!/ Varrei os mares, tufão!/ Existe um povo que a bandeira empresta?/ P’ra cobrir tanta infâmia e cobardia!.../ E deixa-a transformar-se nessa festa/ Em manto impuro de bacante fria!.../ Meu Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta/ Que impudente na gávea tripudia?/ Silêncio. Musa...chora, e chora tanto/ Que o pavilhão se lave no teu pranto!.../ Auriverde pendão de minha terra/ Que a brisa do Brasil beija e balança/ Estandarte que a luz do sol encerra/ E as promessas divinas da esperança.../ Tu que, da liberdade após a guerra/ Foste hasteado dos heróis na lança/ Antes te houvessem roto na batalha/ Que servires a um povo de mortalha!”

A luta de Márcia é a luta de milhares de negros, homens, mulheres, brancos, indígenas, é a luta de milhares de seres brasileiros que lutam pela liberdade.

Então, no dia dos 166 anos da vinda a esta terra, de Castro Alves, um dia depois da passagem de Márcia, num momento em que esta Casa, através de todos os Líderes, assinam uma Moção de Solidariedade, eu finalizo uma poesia minha para Márcia (Lê.):
Hoje eu queria escrever-te uma poesia bem pequenina/ Uma só palavra/ sem rima/ sem métrica/ sem sutilezas/ e, tão pouco, tristezas./ Quem sabe, Márcia, um poeminha de alegria?/ Mas é de saudade esta minha poesia! Obrigada. (Palmas.)
(Não revisado pela oradora.)

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, solicito um esclarecimento. Tivemos uma fala antes sobre o período temático de Comunicações – e a nossa Bancada, pelo menos, não compreendeu bem –, comunicando que uma entidade teria dito que não viria. Mas nós convidamos cinco ou seis entidades, e eu gostaria de saber como é que fica?

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): De fato, Vereador, fui informado pela Diretoria Legislativa que houve um comunicado tanto do CREA como do Conselho de Engenharia de que não compareceriam. As demais entidades não informaram se viriam ou não viriam, e até o presente momento não há registro da presença deles aqui. Se eles chegarem, poderão fazer uso da palavra, segundo informação da Diretoria Legislativa. Pela ausência deles, damos prosseguimento à Sessão.

O SR. ENGº COMASSETTO (Questão de Ordem): O período temático de Comunicações é uma espaço regimental nesta Casa e para hoje temos um tema já acordado. No nosso entendimento, se os convidados não vierem, isso não impede que a Casa possa debater sobre o tema. Essa é a nossa compreensão, e gostaríamos de externá-la para que pudéssemos construir um entendimento sobre a condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Será acolhido e analisado; eu acredito que tem fundamento. Pergunto: os Srs. Vereadores gostariam de fazer uso da palavra no período temático de Comunicações? (Pausa.)

O SR. PEDRO RUAS (Requerimento): Em nome do PSOL, meu e da Ver.^a Fernanda Melchionna, eu quero dizer que me causou bastante estranheza essa ausência do CREA, do Conselho de Engenharia e de mais três entidades que sequer se deram ao trabalho de comunicar à Casa que não viriam.

Eu acho, Presidente, caro Ver. Waldir Canal, que, em primeiro lugar, nós temos que fazer o que sugeriu o Ver. Eng^o Comassetto, evidentemente, já que há inscrições – inclusive, eu sou um dos inscritos – para o tema específico que é o Conduto Forçado Álvaro Chaves; segundo, eu gostaria – e faço esse Requerimento na condição de Líder da oposição – que fosse oficiado a essas entidades para que dissessem por que não vieram e se pretendem vir em outra data. É uma informação muito importante, porque, se vierem em outra data, nós poderemos reorganizar o mesmo trabalho, mas se realmente não quiserem vir à Casa, o que é um direito delas, e eu respeito evidentemente, nós teremos que ter também o direito de nos posicionarmos sobre essa ausência deliberada. Então, esse é o meu Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Requerimento de V. Exa. terá que passar pelo voto dos Vereadores.

Agora vou ler o Ofício, que talvez esclareça alguma coisa, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul, datado de 14 de março. (Lê.): "Sr. Presidente: Diante do exposto no Ofício-circular nº 014/2013, vimos informar que em atendimento ao solicitado pelo Prefeito de Porto Alegre, Exmo. Sr. José Fortunati, este Conselho instituiu, por meio da Portaria nº 076, de 27 de fevereiro de 2013, uma comissão de especialistas para auxiliar, em caráter técnico, a presidência e a diretoria do CREA/RS sobre as causas do rompimento do Conduto Forçado Álvaro Chaves, ocorrido no dia 20 de fevereiro de 2013. Considerando o fato narrado, o CREA/RS se manifestará sobre o assunto somente após a conclusão do referido trabalho, o qual possui, em conformidade com a portaria desta regional, prazo de 30 dias para entrega do relatório conclusivo (parecer técnico). Atenciosamente, Engenheiro Mecânico e Engenheiro de Segurança do Trabalho Paulo Deni Farias, 1º Vice-Presidente."

O SR. PEDRO RUAS: E do Conselho de Engenharia?

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Pelo Conselho de Engenharia, foi enviado um e-mail a esta Casa, datado de 13 de março de 2013, que diz: (Lê.): "Excelentíssimo Ver. Thiago Duarte, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre. Em atenção ao Ofício-circular nº 14/2013, referente ao período temático de Comunicações destinado a tratar dos fatos que ocorreram recentemente e envolveram o Conduto Forçado Álvaro Chaves, a ser realizado no próximo dia 14, às 14h30min, o Presidente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul – SERGS, arquiteto Sérgio Zimmermann, informa que, tendo em vista outros compromissos assumidos anteriormente, não poderá comparecer. Sendo o que tínhamos para o momento, firmamo-nos."

O SR. PEDRO RUAS: Presidente, em função dessas correspondências, concluo – pessoalmente, não por toda a oposição, falo como Vereador –, que não há intenção destas entidades em comparecerem. Na verdade, eu lamento, mas concluo isso. Portanto, retiro meu Requerimento de expedição de ofícios. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Faça-se o registro.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL (Requerimento): Para tentar, ao menos, quem sabe, aguardar as outras entidades, requeiro a inversão da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente entrar no Grande Expediente. Após, retornamos à ordem normal. Acho que isso resolve ou contemporiza essa dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Vamos colocar em votação o seu Requerimento, mas antes vou ouvir a manifestação dos Vereadores a respeito do assunto.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, concordo com o Requerimento do Ver. Nedel, antes, porém, face à manifestação da Liderança de oposição, e estando emergencialmente na Liderança de Governo, e, tendo em vista o teor da resposta da manifestação do CREA, quero apelar ao Vereador-Líder da oposição que não desista da postulação de no momento oportuno voltarmos a discutir esse assunto, já que o CREA está dizendo que não quer se manifestar antes de concluir o relatório técnico. E na outra ocasião em que se discutiu o assunto aqui ficou claro que voltaríamos ao assunto com o

relatório técnico concluído, com as causas, enfim, com a motivação que os técnicos entenderem colocar. Com a concordância do Ver. Pedro Ruas, reitero requerimento do Líder de oposição para que, oportunamente, com o relatório técnico já revelado, nós voltemos a tratar do assunto com a presença das entidades que serão previamente convidadas. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Feito o registro.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Acho que o fato de as entidades não virem aqui hoje representa uma falta de respeito com esta Casa, com a Casa do povo, já que o povo está pedindo para nós discutirmos esse assunto. A matéria foi tratada com a Mesa e com as Lideranças, foi discutida há duas semanas e meia, se não me engano, quando se decidiu fazer o convite para as empresas virem aqui, e a Bancada do PDT não quer se furtar de discuti-la nesse momento. Estamos dispostos, mesmo as empresas não estando aqui, mesmo os convidados não estando presentes, a discutir o tema.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Engº Comassetto, o Requerimento autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 7 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**.

(O Ver. Dr. Thiago assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Passamos ao período temático de

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar do assunto Conduto Forçado Álvaro Chaves.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra no período temático de Comunicações.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu acabo de subscrever, revigorar um Requerimento da Liderança de oposição no sentido de

que esse debate sobre o tema Conduto Forçado Álvaro Chaves fosse retomado posteriormente, na medida em que o CREA, a quem foi solicitada uma manifestação técnica a respeito do evento, respondendo ao convite que a Casa formulou, informa que se reservará a falar sobre o assunto quando tiver os elementos técnicos que lhe permitam oferecer uma opinião abalizada e responsável. Fora isso, Sr. Presidente, não há fato novo que justifique estarmos, agora, aqui, reiterando o assunto e retardando um pronunciamento que, seguramente, ainda hoje teremos, do Ver. Guilherme Socias Villela, o primeiro inscrito no Grande Expediente. O que quero afirmar com isso? E o faço no presente momento em que transitoriamente me encontro com a responsabilidade de ser o Líder pelo Governo na Casa. É que o Governo já esteve aqui debatendo amplamente, uma tarde toda, e foram muito claras as posições, foi feito um histórico de todo o processo que antecedeu o infausto acontecimento. E o que se disse naquela ocasião? Que o Governo estaria disposto a aqui voltar, Ver. Tarciso, com a análise técnica que o CREA está realizando com toda a sua imparcialidade. Isso persiste. Hoje nós discutiríamos, no mesmo nível, na mesma proporção, com as mesmas dúvidas que tínhamos naquela ocasião. Dúvidas essas que só cederão quando tivermos um documento técnico, responsável, qualificado, do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura que irá nos fornecer, em tempo hábil, para que possamos fazer essa discussão. Não foi por outra razão que, na oportunidade, nós adiamos para hoje esse fato porque pressupunhamos – e na ocasião, havia a concordância das Lideranças – que a discussão só teria sentido se houvesse uma base técnica em cima da qual a mesma pudesse ser realizada. Se não seria uma sucessão de opiniões, cada um querendo justificar o seu ponto de vista. Eu, por exemplo, não teria condições de fazer porque não sou técnico, não posso examinar na profundidade esse assunto. Não conhecendo o projeto, um projeto que não foi contratado no dia de ontem nem na véspera do incidente; vinha do Governo anterior, inclusive. E examinado o projeto, poderão ser encontradas razões, ou não, e, se nele não forem encontradas razões, poderão ver se ele foi efetivamente realizado e se tem uma execução bem feita no desdobramento dessa atividade. Então, Sr. Presidente, nós não temos mais o que discutir nesse assunto, a não ser o “achismo”, a reutilização – por que não? –, com outra finalidade que não a de ver esclarecido o assunto.

Quero dizer o seguinte: ao Governo, mais do que a ninguém, interessa esclarecer devidamente este assunto, por isso se reserva, e somente depois que tiver a opinião

imparcial, porque ninguém impõe dúvida de que o CREA é um órgão imparcial, especialmente nesse assunto. Ninguém impõe dúvida nisso aí. Eu pelo menos desconheço que alguém possa até duvidar da imparcialidade do CREA, da sua capacidade técnica, e, sobretudo da idoneidade dos seus integrantes. Por isso, apelei ao Ver. Pedro Ruas para que ele me autorizasse a manter a seguinte proposta: o CREA apresenta o relatório, e imediatamente depois nós convidamos a reabertura do debate, aí com a base técnica produzida por um documento hábil, feito por quem tem competência legal e condicional para assim proceder. Por isso, Sr. Presidente, eu tinha me inscrito quando não sabia dessa decisão do CREA de aqui não comparecer no dia de hoje e nem das suas razões; agora, sabendo que ele não vem e conhecendo as razões, tenho todo o dever, inclusive, em nome do Governo, de trazer esta posição que aqui estou trazendo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol.

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público aqui presente, gostaria de homenagear os amigos Clóvis e Sérgio, representando a Secretaria do Povo Negro; a companheira Walesca, representando a Secretaria de Direitos Humanos; a Evelyn Ferreira, representando o Congresso Nacional Afro-Brasileiro. Primeiramente, eu gostaria de fazer uma homenagem a nossa companheira Márcia Santana que faleceu precocemente ontem, mulher guerreira, mulher negra e que morreu sem ver realizado um sonho que trabalhamos muito em conjunto, que era a construção de uma delegacia modelo, uma delegacia da mulher na cidade de Viamão. A Márcia nos deixou, mas nos deixa um legado de lutas. Por esse legado de lutas que hoje venho aqui, nesta tribuna, lançar o Projeto de Criação do Dia Municipal da Afirmação do Povo Negro. Escolhi esta data, querida Jussara, também pela data do nascimento do nosso poeta Castro Alves: 14 de março. O poeta que, em suas poesias, falava sobre a luta dos negros, mas também, Jussara, por uma bela coincidência, hoje também faria 99 anos o nosso grande lutador, primeiro Deputado Federal negro, nosso Senador, dramaturgo, poeta,

pág. 9

escritor, Abdias Nascimento. Um homem que, por lutar, por sonhar uma igualdade entre os povos, fez da sua vida uma grande luta: a luta da igualdade das raças. E, por isso, foi cassado, ficou 11 anos fora, retornando e empunhando a bandeira do Movimento Negro junto ao nosso querido Leonel Brizola. Por isso a escolha deste dia para um Projeto de afirmação do povo negro, para homenagear guerreiros muitas vezes invisíveis; lutadores dessa nossa comunidade, mulheres, homens, trabalhadores que fazem a diferença em suas comunidades, que lutam e levam essa bandeira empunhada por Abdias, que lutam e guerreiam dentro de suas comunidades, das comunidades porto-alegrenses, com essa bandeira empunhada nos textos da poesia de Castro Alves. Então, por isso, por achar essa data muito significativa, por essa história interligada dessas duas grandes figuras, é que lanço este Projeto do Dia da Afirmação do Povo Negro. E já lanço um desafio aqui na nossa Câmara, para que, no ano que vem, façamos um movimento em homenagem aos 100 anos de Abdias Nascimento. Segurança, paz e muito axé a todos aqui presentes! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL (Requerimento): Sr. Presidente, em virtude da negativa do Requerimento de antecipação, eu faço outro Requerimento para que o Grande Expediente de hoje seja transferido para segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Engº Comassetto, o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Dr. Thiago; Vereadores, Vereadoras, imprensa, funcionários, pessoas que nos assistem nesta Sessão, mais uma vez estou aqui nesta tribuna para falar de um assunto que nos preocupa – para ser mais específica, que nos aterroriza –, que é a Segurança Urbana.

Volto a fazer um alerta aos senhores e às senhoras, meus colegas: nós estamos vivendo no Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, um momento caótico. A

morte gratuita de Lauane Lucas, de 22 anos, na noite de segunda-feira, na Rua São Luiz, me deixou revoltada e ainda muito mais preocupada. Ela tinha apenas 22 anos e era estudante universitária, quase se formando em Odontologia. É preciso parar esses criminosos. O caso de Lauane é apenas mais um sobre o qual nós estamos acostumados a ouvir pela manhã ou ler nos jornais manchetes estampadas, como “A Violência na Capital”. Esse é um assunto nosso, da Cidade, da Capital do Rio Grande do Sul! Está aqui: “Violência na Capital”. (Mostra jornal.) Por quê? Por assaltos, por tentativa de roubos de automóvel ou de dinheiro. “Estudante é morta em tentativa de assalto” – está estampado em outro veículo de comunicação. Eu não sei mais o que dizer e nem o que pensar!

Eu transito de carro por todos os bairros da minha Cidade, eu caminho por muitas ruas da Capital e não vejo um brigadiano, eu não vejo um carro fazendo a segurança dos cidadãos porto-alegrenses! Eu vejo todo tipo de automóvel, fazendo segurança de trânsito, a EPTC fazendo a segurança de bens materiais. E a nossa vida? E a vida dos cidadãos de Porto Alegre?!

Eu nem sei mais, já perdi a esperança com esse discurso que só é prioridade em época de campanha em todos os Governos! E aqui eu não tiro nenhum!

À noite, então, a Cidade está à mercê dos bandidos, atirada; a bandidagem é dona das ruas de Porto Alegre! E por que isso acontece? Porque não tem policiamento ostensivo nas ruas! Porque os bandidos sabem que podem tirar a vida por um automóvel! Que podem roubar! Que podem matar!

Olha, a real segurança da população se faz com policiamento ostensivo! E não me venham dizer que aí tem inteligência, que tem equipe! Muito bem, isso é para depois, mas e antes? Com todo o respeito – inclusive, quero registrar aqui que é marca registrada da minha personalidade –, Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, por onde o senhor anda? Onde o senhor está que não vê a guerrilha urbana que se instalou na Capital? Eu não poderia deixar de fazer este registro! As mães, que geram a vida, não se conformam em perder essas mesmas vidas para a bandidagem que está à solta pelas ruas da nossa Cidade! Aliás, só um lado avança aqui na Capital: o dos bandidos!

E, falando em segurança, eu acho que chega em boa hora para cá o Projeto do Executivo – e vou fazer um *link* sobre a segurança, venho pedir ao Governador deste Estado – que autoriza o ingresso de agentes de combate a endemias em imóveis particulares. Qual a

minha surpresa? Esse Projeto está aí para ser aprovado, e eu leio no jornal que essas pessoas, esses funcionários não conseguem entrar nas residências – por isso está aí o Projeto – porque o medo de assalto é muito maior do que o medo da dengue. É claro! Eles têm razão, eu também tenho medo de abrir a porta! Quem não tem? Nós vivemos em um Estado sem Segurança, um direito básico do cidadão! O Estado falha, os Governos... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(O Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Ainda na linha da Segurança, eu gostaria de registrar a apreciação do Projeto do Executivo que está em Pauta e que trata da colocação de GPS nos táxis de Porto Alegre. Quando eu não estava nesta Casa, atuei no rádio e na TV como jornalista e recebia muitas queixas de que havia poucos táxis na cidade de Porto Alegre, que era necessário aumentar a frota, e por aí vai. Eu, como sou usuária de táxi, porque tenho medo de andar de carro em Porto Alegre – cheguei à conclusão de que os bandidos querem o meu carro, então eu ando muito de táxi –, conversava com os motoristas, que me garantiam que não era esse o caso, que havia um número razoável de táxis e que o problema, realmente, é o trânsito de Porto Alegre.

Para concluir, eu quero pedir que os meus colegas aprovem este Projeto do GPS, porque não só vai aferir a frota dos automóveis em Porto Alegre como trará mais segurança para os taxistas.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver.^a Mônica.

O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra no período temático de Comunicações.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, o tema mais importante sobre o qual esta Casa tem que buscar respostas, sob o ponto de vista da urbanidade, pelo menos no ano de 2013, diz respeito ao Conduto Forçado Álvaro Chaves. E quando nós fizemos algumas perguntas que não foram, até o momento, respondidas, nós temos que ter o direito de manter essas perguntas ativas, para que possa haver respostas. O pior movimento que pode existir em um Parlamento é não buscar respostas! O Conduto Forçado Álvaro Chaves foi uma grande obra de hidrologia,

pág. 12

que iniciou lá no ano de 2002, com o então Secretário Ferronato, com um projeto original custando R\$ 42 milhões, e que foi mudado, indo para R\$ 59 milhões. Com relação a essa alteração, a Bancada do Partido dos Trabalhadores fez um Pedido de Informações, em 2007, para conhecer a mudança do projeto, e o Executivo cometeu um crime com esta Casa em não responder e em não dizer por que não respondeu à pergunta técnica que fizemos: o que aconteceu com o Canal Tamandaré, que não era, nunca, para ter cruzado com o Conduto Álvaro Chaves, e que, pelo novo projeto, se cruzaram. Há um conjunto de outras perguntas, prezados colegas e ex-Prefeito Villela. Por exemplo: por que a auditoria interna, que o Prefeito Fortunati mandou fazer ainda quando o Sr. Cristiano Tatsch era Secretário da Fazenda, com a participação dos engenheiros que fizeram o projeto original, para justificar o aumento de R\$ 42 milhões para R\$ 59 milhões. Quem, dos colegas Vereadores, se anima vir a esta tribuna e trazer a resposta dessa auditoria interna? Ninguém sabe! Ninguém sabe! Será que a população não tem o direito de saber? Quando nós sugerimos, agora, quando estourou o Conduto Álvaro Chaves – e não era para ter estourado –, pedimos ao Prefeito que constituísse uma comissão especial externa, sugerindo algumas entidades para integrá-la, como a Faculdade de Engenharia e o Instituto de Pesquisas Hidráulicas, que fossem contratados de forma independente para fazer esse trabalho. E aí o Prefeito diz aqui, neste jornal da semana passada, que o DEP já tem respostas, mas que não vai divulgar essas respostas antes de ver o laudo do CREA. (Mostra jornal.) Por que isso, por que não divulgar essas respostas? Inclusive, faço um Pedido de Informações aqui, Sr. Presidente, que esta Casa encaminhe para o DEP: que sejam divulgadas as respostas que o Prefeito diz que já tem, mas que estão sendo mantidas em sigilo. Nenhuma resposta ou estudo pode ser mantido em sigilo, principalmente em relação a esta Casa!

Na Mesa, com todas as Lideranças, fizemos um convite para que hoje viessem aqui o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, a Sociedade de Engenharia, o Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS, o Sindicato dos Engenheiros e o consórcio de empresas que fizeram a obra para realizarmos um debate, e nenhuma veio; estranhamos muito! É a primeira vez, na história desta Casa, que isso acontece. Precisa ter dúvidas... Eu peço, Sr. Presidente, tempo para concluir a minha fala.

Será que alguém de nós tem alguma dúvida de que teve alguma intervenção, que teve alguma orientação, que teve algum movimento para essas entidades não estarem aqui

hoje? Eu não tenho nenhuma dúvida quanto a isso. Qual é o medo de dialogar com a Cidade? Será que o Ministério Público vai ter que entrar em ação e convocar todas essas entidades para poder fazer as perguntas para as quais a sociedade quer respostas, assim como nós queremos respostas? Eu, até este momento, só tenho perguntas; não tenho nenhuma afirmação para fazer aqui. Tenho muitas dúvidas: primeira, por que foram gastos mais R\$ 19 milhões; segunda, por que foi mudado o projeto; terceira, qual é o resultado da auditoria pública coordenada pelo Cristiano Tatsch, que era Secretário da Fazenda e, hoje, é Secretário de Urbanismo, quando aumentou de R\$ 42 milhões para R\$ 59 milhões; quarta, por que foi mudado o projeto, e ninguém conhece o novo projeto; quinto, o que foi feito com as águas do arroio Tamandaré; sexta, já taparam lá os buracos, isso tem garantia para a comunidade e toda a urbanidade; sétimo, por que o conjunto de entidades boicotou esta Casa? E esta Casa, Sr. Presidente, e a palavra é sua, não pode ficar calada diante disto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Esta Casa não ficará calada. Peço que o Ver. Engº Comassetto encaminhe essas questões por Ofício, de que iremos solicitar as respostas, de forma independente e clara.

Passo a ler a relação de Ofícios que foram encaminhados no período temático de Comunicações, de hoje: do CREA/RS; Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul; Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; MAC Engenharia, Consórcio PMR; Consultora e Pavimentadora – Pavicon Ltda; e Ribas Construtora Ltda.

Estamos, de forma imediata e ato contínuo a esta Sessão, encaminhando a solicitação para que essas entidades se pronunciem.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra no período temático de Comunicações

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, fico, Ver. Engº Comassetto, com a mesma preocupação de V. Exa. Na verdade, preparei algumas indagações que gostaria de ver respondidas por alguns dos convidados, e não anotei todas aqui que o Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago, referiu, mas anotei fundamentalmente o

DEP, por óbvio, que sequer justificou a ausência, porque não é explicar, é justificar, no caso do DEP, em caso de convocação pela Câmara Municipal. Não justificou a ausência! O CREA explicou; não me convenceu, mas explicou. A Sociedade de Engenharia também não me convenceu, mas explicou. Mas a MAC Engenharia, que não deu nenhuma bola para o ofício, Ver. Pablo Mendes Ribeiro, a Construtora Pavicon, a Ribas Construtora e, inacreditavelmente, Ver.^a Fernanda Melchionna, o Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS. Por que a UFRGS sequer se digna a enviar um ofício à Casa? Ou ela foi pressionada a não fazê-lo? E mesmo que o fosse, a história da Universidade Federal não combina com esse comportamento. Não combina, Ver. Nereu D'Avila!

Eu até acho que as demais entidades têm uma relação com o episódio que dá razão ao Eng^o Comassetto. É provável – não podemos afirmar – que haja uma articulação para que não viessem à Casa no dia de hoje. É provável. Mas o Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS! Eu fiquei pasmo! Não imaginava tamanha desconsideração de uma representação federal, pela qual, Ver. Maroni, todos nós temos, no meu caso, ao longo de décadas, a maior consideração, o maior respeito. Então, fica aqui, Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago, o nosso protesto veemente. E eu sei – e conheço V. Exa. – que é o protesto e a indignação de V. Exa. como representante de todos nós e não dos Vereadores apenas, mas do Poder Legislativo da Capital, em que V. Exa., que com muito brilho, diga-se de passagem, vem atuando.

Então, eu quero fazer este registro, do nosso mais veemente protesto em relação a essa ausência, eu não digo nem injustificada, porque também é, mas injustificável! Não haveria documento hábil para convencer-nos de que poderia não ocorrer a presença aqui. Quantas pessoas atuam no DEP, Ver. Marcelo Sgarbossa, caso não pudesse comparecer o Diretor-Presidente. Quantas pessoas atuam na MAC Engenharia, na Construtora Ribas? Eu nem estou falando mais na UFRGS, já basta essa decepção que não vai passar. Não vai passar! O resto é o resto, e me parece uma guerra de posições. Nós temos que insistir no tema, colocar como uma necessidade da Cidade, que é o absurdo que ocorreu no dia 20 de fevereiro, o custo altíssimo de uma obra que não resistiu ao seu primeiro teste importante e a falta de explicações para o Poder Legislativo que essas entidades têm a ousadia de negar.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Pedro. Pode ter certeza, Ver. Pedro, que, na minha concepção, esta Casa, o Poder Legislativo, a democracia de Porto Alegre está acima, inclusive, do meu mandato, muito acima; a Instituição está acima de tudo, e nós temos obrigação de preservar a Instituição.

O SR. PEDRO RUAS: Presidente, eu e todos os Vereadores aqui sabemos disso, e cumprimento novamente V. Exa. pela forma, pelo posicionamento que tem na Presidência da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado.

A Ver.^a Any Ortiz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. ANY ORTIZ: Boa-tarde a todos e a todas; Vereadores e Vereadoras, eu venho aqui para falar sobre um assunto que muitos de vocês já devem ter lido na mídia, que fala sobre o apontamento da volta da cobrança das chamadas dos táxis. E ontem eu protocolei, aqui nesta Casa, um Projeto de Lei extinguindo o artigo que autoriza essa cobrança. Eu tenho aqui a Lei até para quem quiser olhar: é uma lei de 1986, que autorizava – autorizava, e não obrigava – uma cobrança pelas ligações feitas aos radiotáxis. Acredito que essa Lei autorizativa já perdeu o sentido, já que se vê que há mais de dez anos não é cobrado esse serviço. E o Código de Defesa do Consumidor, que eu também trouxe aqui, garante que cobranças feitas por fora geram muitos problemas para a sociedade; e o Código é bem claro, quando inibe que tarifas públicas não sejam devidamente incluídas no serviço prestado. E essa cobrança que não está sendo feita há praticamente dez anos é em cima de uma lei autorizativa, como eu falei antes. Ou seja, a Lei autoriza a cobrança; no entanto, ela está longe de obrigar que os taxistas efetuem realmente essa cobrança.

Além disso, senhores, é inadmissível que nós aceitemos que volte uma taxa que aumenta o valor do transporte e em nada melhora o serviço dos nossos táxis. Não tem cabimento uma Lei dessas, o consumidor não pode mais pagar pelos abusos.

O art. 39, do CDC, no seu inciso V, diz que é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva – o que vemos nessa Lei de 1986.

Por isso, eu queria pedir a atenção de todos vocês para extinguir este artigo, que é o art. 2º da Lei nº 5.766/86, que autoriza a cobrança dessa taxa que, no meu ponto de vista, é absurda e um abuso ao direito dos consumidores, dos usuários de táxi desta Cidade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra no período temático de Comunicações.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Boa-tarde, Vereadores e Vereadoras, povo que nos assiste pela TV Câmara e que nos assiste aqui nas galerias. Realmente, é uma coisa que nos deixa perplexos: nós nos reunimos, a Mesa e grupo de Líderes, e fazemos uma programação democrática, uma programação que seria possível para ouvirmos os esclarecimentos sobre a obra do Conduto Álvaro Chaves, porque a população de Porto Alegre está cobrando muito, a população de Porto Alegre se assustou e vive assustada. E, como outros Vereadores já disseram, é um absurdo não estarem aqui as duas empresas responsáveis pelo Conduto.

Se fizeram uma obra bem feita... Eu falo porque sou trabalhador. Quando o gerente chama o peão na fábrica, e ele fez a peça bem feita, ele não tem por que não ir lá explicar o que aconteceu! Ele pode dizer que foi o fornecedor, ele pode dizer que foi a solda que o gerente comprou, ele pode dizer que foi o parafuso que veio da China, e, por isso, a peça estava solta. Agora, ele não pode se furtar de ir lá e explicar os motivos.

Nós somos os gerentes desta Cidade, nós somos a voz do povo desta Cidade! O povo quer saber o que houve com aquele Conduto! Agora, vão abrir a Av. Assis Brasil de ponta a ponta, prejudicando mais de 56.836 comerciários, categoria a que eu pertencço. A Assis Brasil vai ficar fechada de ponta a ponta para obras do DMAE e DEP, obras de esgoto. Será que daqui a dois anos não teremos uma parte da Assis Brasil sucumbindo,

afundando? Uma avenida pela qual passam milhares e milhares de pessoas, mais de 800 mil pessoas.

Então, eu acho que esta Casa merece respeito das duas empresas, tanto da MAC quanto da Ribas. Elas deveriam estar aqui hoje, mesmo que fosse para se calarem! Mas teriam que ouvir, aqui, hoje, o clamor popular. Elas teriam que ouvir as perguntas do povo, perguntas que foram feitas por nós, Vereadores, desta Casa.

Quem autorizou? Quem deu o *Ok*? Quem disse que a obra estava 100%? Que a obra era segura, que a obra poderia ser entregue para a população de Porto Alegre, que foi gerida com recursos públicos? Quem autorizou? Por que a MAC não vem aqui nos dizer quem autorizou? Por que a empresa não veio, está escondendo o quê da população de Porto Alegre? A Prefeitura está fazendo o seu papel, já foi dito; o CREA está fazendo. Agora só queremos saber da executora que a autorizou a fazer as alterações que foram feitas no Conduto. Quem a autorizou? Nós queremos saber, isso é uma pergunta que não vai se calar enquanto os executores da obra não vierem aqui na Casa do Povo. Nós, os representantes do povo, os 36 que estamos aqui, representamos um milhão de pessoas de Porto Alegre, representamos a população de Porto Alegre! A população de Porto Alegre não tem time de futebol, a população de Porto Alegre não tem cor e a população de Porto Alegre não tem Partido político. A população de Porto Alegre tem que saber para onde está indo o seu dinheiro.

O Sr. Pedro Ruas: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Serei muito breve, apenas cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento, e dizer que se agrega à pergunta que V. Exa. faz: quem autorizou a fazer a alteração e que material foi usado, fundamentalmente. Parabéns, Vereador.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Então, nós queríamos trazer aqui essa preocupação dos trabalhadores, essa preocupação da população de Porto Alegre. É uma falta de respeito com esta Casa as duas empresas não virem aqui no dia de hoje. E queria aproveitar e agradecer à Ver.^a Jussara Cony pelo presente que nos ofertou hoje, um livro de poesias, no Dia da Poesia. Muito obrigado, Vereadora.

Força e fé, nós vamos seguir lutando pelo povo de Porto Alegre e pelos trabalhadores brasileiros.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, não cabe a nós justificar a ausência de empresas que aqui não compareceram; devem ter as suas razões, se é que as têm. Não obstante, quanto ao Departamento de Esgotos Pluviais, nós queremos acertar o seguinte: o mesmo não foi convidado para esta tarde; foi convidado para ouvir as manifestações que aqui ocorreriam, e está aqui representado pelo Dr. Eduardo e pela Dra. Cristiane Hessel, que estão aqui ouvindo e que ouviriam a manifestação do CREA e dessas outras entidades que não vieram. O DEP não está ausente, por parte do Departamento de Esgotos Pluviais não há desconsideração com a Casa. Já esteve aqui, esgotou, sob o seu ponto de vista o assunto, e ficou de votar quando tivesse o relatório do CREA, que ainda não tem.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Exatamente. Tenho que deixar muito claro que eu tenho a relação aqui, o DEP não foi convidado, e deixou claro a todos nós que voltaria a se manifestar, com muito prazer para nós, depois que tiver o parecer técnico solicitado. Afora isso, não temos...

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, o Ver. Dr. Thiago, Presidente da Casa, acabou de ler relação dizendo que o DEP foi convidado.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Não senhor.

O SR. PEDRO RUAS: Sim senhor! Aí surgem duas informações: uma, de V. Exa., agora, e outra, surpreendente, do Ver. Pujol, de que o DEP está presente! Mas, se o DEP está presente, ele tem que estar na Mesa, é evidente!

Até agora se disse que o DEP não estava presente. Até este momento, foi dito por todos que o DEP não estava presente. Agora vem o Ver. Pujol e diz que está presente. Mas

onde?! E, se está presente, tem que estar na Mesa, ou ali, no lugar dos convidados, e inclusive, do meu ponto de vista, se manifestando antes de nós.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Quero responder ao Ver. Pedro Ruas: se o DEP não foi convidado, não pode estar na Mesa, porque não foi convidado. Simplesmente isso. Ele está aqui simplesmente porque ouviu dizer que estariam aqui. Não foi convidado.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, quero ajudar a esclarecer esse assunto. Na verdade, o DEP foi convidado, a SMOV foi convidada, a SMAM foi convidada, todos foram convidados, porque quem foi convidado foi o Sr. Prefeito Municipal, que delega, obviamente, para a Secretaria responsável. Então, mais do que o DEP foi convidado, o Prefeito foi convidado. Essa é a sistemática da Casa, e a pergunta que temos que fazer para a representação do DEP, que está nas galerias, é se veio a mando do Prefeito. Se veio a mando do Prefeito, está sendo cumprida a norma regimental. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Não, senhor, eu lhe respondo: somente o DEP estaria aqui se designado oficialmente pelo Sr. Prefeito. Não recebemos nada do Sr. Prefeito. Portanto, o DEP está aqui como ouvinte, e não como convidado. Quero deixar isso muito claro.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, na ótica do Governo Municipal, o Município foi informado que a Casa ouviria essas entidades que aqui não compareceram no dia de hoje. Nesse sentido, delegou ao Departamento interessado condições para que estivessem presentes para ouvir o que as entidades iriam trazer. O DEP não tem mais nada a acrescentar, ele já esteve aqui uma tarde inteira, esgotou essa matéria e voltará quando tiver a manifestação concreta, técnica, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Antes disso, é chover no molhado, Sr. Presidente. O Prefeito recebeu a comunicação? Claro que recebeu. Enviou aos interessados? Claro que enviou, e o DEP está aqui, através de duas de suas melhores servidoras, ouvindo tudo o que foi dito. E o que foi dito? Nada de novo e nada do que já não tivesse sido respondido.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Vereador. Ouço o Ver. Pedro Ruas.

O SR. PEDRO RUAS: Eu compreendo e acho correto, adequado, que o Ver. Reginaldo Pujol, obviamente, queira fazer a defesa do Governo, mas não ao custo da independência e da dignidade do Poder Legislativo. Quando nós convidamos o Prefeito, oficiamos ao Prefeito... E quero ouvir o Presidente, na volta, aqui, pois ele foi muito claro, inclusive deu o endereço para onde foi cada ofício. Ficou claro, absolutamente definido que a Prefeitura estaria representada, mas não estava presente. É uma surpresa que esteja aqui o DEP, e eu acho que ele deve estar na Mesa.

Acho estranho, pois se não foi convidado, não foi oficiado, então adivinhou e veio para a galeria. É a primeira vez que ouço falar nisso. Veio para a galeria, pois adivinhou que haveria esse debate. Não! Está aí o Ver. Dr. Thiago. É dele que quero ouvir se houve ou não convite ao DEP. Se o DEP está presente, Ver. Dr. Thiago, Presidente da Casa, como estão informando aqui, se está na Casa, se está presente e veio representando a Prefeitura, tem que estar é na Mesa, e não nas galerias. E tem que estar usando a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Ver. Pedro Ruas, já lhe respondi, mas parece que o senhor não quer entender. O DEP não foi convidado, quem foi convidada foi a Prefeitura Municipal, que está aqui, está dito aqui. E o DEP, quando veio aqui, disse que se manifestaria novamente após ter o parecer técnico, encomendado pelo Sr. Prefeito a várias entidades de renome da nossa Cidade. Então, o DEP está aqui para se porventura alguma empresa viesse aqui; eles seriam ouvintes apenas. Eles declararam que somente se manifestariam após o parecer técnico das entidades.

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Acho que não podemos fugir do foco. O DEP esteve aqui na segunda-feira passada ou retrasada, se não me engano, o que foi acordado pelas Lideranças. O que nós queremos aqui hoje é saber se a MAC Engenharia foi intimada para vir aqui hoje, saber se a Ribas Construtora foi intimada para vir aqui hoje, saber se a

UFRGS foi intimada para vir aqui hoje. Porque só o CREA e o Sindicato dos Engenheiros disseram que não viriam.

Então, o DEP não tem nada a ver com essa discussão de hoje. A discussão de hoje é com eles, é com essas cinco, seis entidades e empresas, porque nós acertamos na reunião de Líderes e Mesa que o DEP viria no primeiro momento, viriam essas empresas, e depois, em um terceiro momento, nós iríamos ver o que fazer. Eu acho que nós não podemos ficar nessa discussão de se o DEP está na galeria, o DEP está aqui, o DEP está no gabinete da Presidência, no gabinete do... Nós temos que discutir é por que essas cinco ou seis entidades e empresas que tinham que estar aqui hoje na Casa do Povo não vieram. Em um pedido de Lideranças, todos os Partidos desta Casa pediram para eles estarem aqui hoje e a Mesa da Casa pediu para eles estarem aqui hoje. É isso que nós temos que discutir. O DEP é em terceiro plano. Já veio no primeiro, falaram todos os seus técnicos e o Diretor do DEP, e hoje nós queremos saber onde estão essas empresas, onde estão essas entidades que ficaram de vir aqui e que têm essa responsabilidade de responder à população de Porto Alegre.

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, o Ver. Janta coloca um termo relevante. Nós queremos ouvir essas entidades todas. É que houve surpresa nesse meio-tempo.

Depois de V. Exa. dizer – inclusive protestar – que o DEP, convidado, não compareceu, depois disso, surge a informação, Ver. Reginaldo Pujol, de que o DEP compareceu. Oficialmente, está aqui e não está na Mesa!

(Aparte antirregimental do Ver. João Carlos Nedel.)

O SR. PEDRO RUAS: Não está oficialmente? Está informalmente? Está como? Se não é oficial, é o quê? Ele está, ou não está?

(Aparte antirregimental.)

O SR. PEDRO RUAS: Bem, eu não vou entrar nessa discussão semântica sem sentido. Eu quero dizer o seguinte: o DEP está presente, isso é uma surpresa e, do meu ponto de vista, deveria estar na Mesa, já que, convidado, está presente. Agora, continuo achando e

concordo com V. Exa., Ver. Janta, que temos que ouvir essas empresas e entidades que sequer explicaram por que não vieram. Mas temos que ouvir também o DEP. E essa de ficar na plateia convidado e sem estar na Mesa não me convence. Aliás, na explicação da ausência dos demais, nós temos que ouvir o DEP também.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, essa polêmica está se alongando. Eu quero acentuar, em nome do Governo, que não cabe a nós justificar a ausência de entidades ou de empresas que aqui não compareceram por razões que nós desconhecemos. Quanto ao CREA e à Sociedade de Engenharia, eles apresentaram as suas razões, sendo que a do CREA é absolutamente coerente: se está realizando um levantamento técnico, seria prematuro e irresponsável vir aqui falar sobre um assunto que ainda não está esgotado sob o ponto de vista técnico. Repetimos: a Prefeitura Municipal foi informada dessa Sessão na tarde de hoje, quando compareceriam essas entidades. O Governo Municipal já compareceu anteriormente sobre esse assunto, esgotou e declarou: “quando tivermos o resultado do levantamento técnico promovido pelo CREA, estaremos à disposição para aqui voltar, discutindo sobre bases técnicas através de um levantamento competente realizado”. Antes disso, para nossa satisfação, estão aqui servidores do DEP ouvindo para levar, sim, a seu Diretor, informações do que haveria de ser dito nesta Sessão e que não foi dito porque os convidados não compareceram. Não nos responsabilize sobre isso.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, na condução constitucional desta Casa, por que o debate é importante? Porque cada vez se torna mais claro, e sob meu ponto de vista, o desrespeito com esta Casa ainda se torna maior.

(Aparte antirregimental.)

O SR. ENGº COMASSETTO: Não, não foi convidado o DEP; foi convidado o Sr. Prefeito Municipal, que não respondeu a esta Casa. Então, a desatenção ainda é maior! E, digamos mais, nós somos 36 Vereadores, e o nosso Presidente é do PDT, o nosso Prefeito é do PDT. Eu não quero fazer essa associação, mas há que se ter respeito aos 36 Vereadores através da nossa Liderança, que é o Ver. Dr. Thiago.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Por favor, Vereadores! Por favor!

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Eu só queria lembrar que essas entidades foram convidadas! É aceito ou não o convite. É convite. E o DEP não foi convidado e sim a Prefeitura Municipal; o Sr. Prefeito. Aqui nós temos os dois funcionários do DEP, como temos uma funcionária da Secretaria da Saúde, que é da relações parlamentares – está aqui ouvindo e participando da Sessão. Como é o caso do DEP que esta como ouvinte. E o DEP foi muito claro, Sr. Presidente, que viria aqui no momento em que tivesse o parecer técnico das entidades, aí, ele teria o que informar e o que discutir oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Ver.^a Jussara a senhora tem tempo. É só a senhora negociar com o Ver. Janta. Deixa eu só esclarecer em função de tudo aquilo que foi dito: foram convidadas, Ver. Janta, sete Instituições: CREA, Sociedade de Engenharia do RS, Sindicato dos Engenheiros/RS, Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, MAC Engenharia, Construtora e Pavimentadora Pavicon, Ribas Construtora, além da Prefeitura de Porto Alegre. Manifestaram que não compareceriam somente o CREA e a Sociedade de Engenharia. Eu aguardei todos se manifestarem democraticamente, para só colocar isso. Eu quero dizer que recebemos, mas vamos solicitar novamente as informações atinentes às conclusões que o DEP tirou e vamos solicitar de novo a presença do DEP aqui a partir dessas conclusões. Nós não temos poder para obrigar as entidades a virem até a Câmara Municipal, mas nós temos condições de constatar e de dizer isso publicamente: que elas não compareceram e nem, por um grau de gentileza, justificaram porque não tinham vindo até esta Câmara Municipal. Então, daí o nosso grande descontentamento com estas sete entidades que não manifestaram isso.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Questão de Ordem): Sr. Presidente, restou uma questão não respondida. A Prefeitura respondeu que viria ou não viria, porque ela foi formalmente convidada?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Vou consultar e lhe respondo após.

O SR. REGINALDO PUJOL (Questão de Ordem): Eu gostaria também de saber dos termos do ofício que foi enviado à Prefeitura Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra no período temático de Comunicações.

A SRA. JUSSARA CONY: Eu parto do princípio, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, de que a leitura que acaba de fazer o Sr. Presidente dá uma demonstração clara e inequívoca de todos os convidados. Todos! As empresas, as entidades e os setores da Prefeitura Municipal que deveriam estar aqui, na medida que o Sr. Prefeito foi convidado, além das empresas. Eu acho que ficou muito clara a manifestação do nosso Presidente, mostrando que esta Câmara, na minha opinião, foi desrespeitada. Nós poderíamos e deveríamos estar aqui hoje numa outra dinâmica e não numa discussão que vai acabar levando a nada. É tempo perdido para discutir problemas sérios da Cidade, como Conduto Álvaro Chaves, que não é uma questão que diz respeito apenas à Prefeitura, apenas a esta Câmara Municipal, mas diz respeito à população de Porto Alegre, que ao fim e ao cabo é a que enfrenta os problemas não resolvidos por falta de uma gestão eficiente e eficaz!

Admira-me muito, também, o papel das empresas. As empresas, pelo que eu vi, sequer responderam. No entanto, nós ficamos hoje aqui absolutamente esvaziados dessa que é algo de interesse de todos nós. Eu quero me solidarizar com as seis perguntas feitas pelo Ver. Comassetto, com a intervenção do nosso Líder de oposição, Ver. Pedro Ruas, com a intervenção do Ver. Janta, que foi muito claro aqui com relação principalmente à questão das empresas que sequer responderam a esta Câmara Municipal. Esta Câmara Municipal entende perfeitamente: nós vivemos um momento das Parcerias Público-Privadas; agora, isso não quer dizer que não se tenha que dar satisfação, porque há questões aqui, além da questão de quem autorizou, a questão de que materiais foram usados também! Essa é uma questão de fundo numa discussão como esta, afinal são R\$ 59 milhões do dinheiro dos impostos do povo de Porto Alegre. São R\$ 59 milhões que podem vir, inclusive, da União, seja de onde for, é dinheiro dos impostos que o povo paga para ter obras com qualidade e para ter uma gestão com qualidade. Então, eu considero um desrespeito a esta Casa, a todos os Vereadores, Ver. Reginaldo Pujol. Podemos ter algumas

diferenças, mas acho que não podemos nos furtar de que esta Casa está à disposição para a busca de solução desse grave problema, só que esta Casa não pode ficar indefinidamente esperando ao bel prazer daqueles que são nossos convidados e que deveriam estar aqui. Então, eu quero manifestar, em nome da Bancada do PCdoB, a nossa absoluta convicção de que houve um desrespeito com esta Casa. Eu creio que nós temos que nos indignar, todos, com esse desrespeito, porque não se trata de uma questão de Bancada de oposição, de Bancada de Governo, trata-se de uma questão da independência dos Poderes e do papel do Poder Legislativo em um caso como este.

O Sr. Engº Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Jussara Cony, estou totalmente de acordo com o seu pronunciamento, eu quero colaborar aqui. No outro dia em que veio o DEP aqui, foi dito que, quando houve mudança do Projeto, o IPH realizou os estudos; ninguém conhece esses estudos, o IPH não veio e não disse por quê. A minha sugestão ao IPH, que faz parte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma grande instituição, é que, a partir de agora, o Presidente da Casa se dirija ao Reitor da Universidade, ao convite do IPH. Muito obrigado.

A SRA. JUSSARA CONY: O que fica é que as entidades não compareceram por quê? As empresas não compareceram por quê? A nossa universidade e o papel que o IPH tem – o IPH que tem um projeto –, por quê? Eu recebo, inclusive da assessoria da Bancada do PT, que me chama a atenção, segundo o diretor do DEP, pois, aliás, o DEP esteve aqui, deu suas explicações, etc, que estão com avaliação no problema, mas esperam outras informações, como do CREA, que poderiam estar sendo dadas a esta Casa hoje, deveriam estar sendo dadas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Mario Fraga está com a palavra no período temático de Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Luiza Neves está com a palavra no período temático de Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra no período temático de Comunicações.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu acho que a Ver.^a Sofia Cavedon e o Ver. Eng^o Comassetto... Eu, várias vezes, vinha a esta tribuna aqui e falava: “Esse projeto é do Fogaça”. E o Eng^o Comassetto dizia: “Não, é nosso, fomos nós que fizemos”. Isso ele dizia; agora ele disse: “Não, é por causa da mudança, não é deles”. Eu gostaria que ele assumisse e dissesse: “Esse Projeto é nosso!” Vocês gostam tanto do projeto dos outros. Os outros fazem projetos e vocês os assumem como se fossem seus. A Ver.^a Sofia, por exemplo, quer fazer um Projeto em cima do Projeto do Ver. Pedro Ruas, que é o do Grêmio. O Ver. Pedro Ruas iniciou, e a Ver.^a Sofia apresentou o dela também. Eu fico pensando, com relação a essa discussão, já estive o DEP aqui esclarecendo, Ver. Paulinho Brum, já estive aqui, Ver. Pedro Ruas, esclarecendo. E mais: o Presidente do CREA, até o final do mês, vai dar um laudo completo, detalhado, Ver. Eng^o Comassetto, quem sabe será como era o seu Projeto que o senhor falava, quem sabe foi lá que deu problema. Eles vão esclarecer. Haverá o esclarecimento correto, o que aconteceu e o que poderia acontecer, mas vocês gostaram tanto do Projeto, que eu acho que vocês também deveriam assumir a culpa e dizer que vocês são culpados também por ter estourado o Conduto Álvaro Chaves. Podem ter certeza absoluta.

Eu também venho a esta tribuna agradecer ao meu Líder, Ver. Cassio Trogildo, que eu queria estar lá, mas não pude. Quero esclarecer ao Ver. Janta, que, há poucos minutos, interrompeu a Av. Assis Brasil toda, de fora a fora. Eu falei ao Vereador que, terça-feira, nós fomos chamados lá no Bourbon, junto com o DMAE. O Secretário e EPTC estavam lá para esclarecer que realmente será feita a obra necessária, pois ali já está estrangulado e tem que se fazer. Serão 700 metros de obras, só que esses 700 metros vão incomodar muito a redondeza, principalmente os comerciantes que tem seu comércio vivendo dia a dia ali. Por exemplo, nos anos 1980, nos anos em que o PT mandava na Cidade e fazia o que queria, não deu nem satisfação para o comércio discutir quando abriram a Av. Assis Brasil de ponta a ponta. Aquilo lá sim foi, Vereador. Hoje, o Secretário, o Governo, participam, levam as pessoas, o comércio a participar do debate de como pode ser feito. Aquela vez, eu lembro como se fosse hoje, o Ver. Cecchim que não era Vereador, fazia parte da Associação dos Empresários da Zona Norte, veio a esta Casa pedir socorro, porque realmente quebrou o comércio da Assis Brasil. Claro que não queremos que isso aconteça, mas lá nós fizemos uma sugestão ao Secretário, que acompanhava, ao Carlos

pág. 27

Pires, que estava lá, no sentido de que, se fosse possível, Vereador, se trabalhasse na obra nos feriados, aos domingos, que trabalhassem até à meia-noite, em três turnos, para não levar oito meses! E dentro desse cálculo de oito meses teria que ser considerado o clima, pois pode haver tempestade, chuvarada, e aí a obra não anda. Então, nós sugerimos isso, e o Secretário acatou. Ele disse que vai nos chamar para uma próxima reunião, e eu quero contar com a presença de V. Exa. para nós discutirmos isso.

O Sr. Cláudio Janta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nós estaremos presentes lá. Mas quero dizer que achamos que a obra da Av. Assis Brasil tem que ser feita como estão sendo feitos os corredores, como foi feita na Av. São Pedro, ou seja, em pedaços, por partes. Realmente, 700 ou 800 metros na Av. Assis Brasil equivalem a uma distância imensa, sem falar que é na parte mais movimentada daquela avenida, onde se concentra o maior número de lojas e onde se concentram esses cinquenta e poucos mil empregos que eu disse da tribuna.

O SR. ALCEU BRASINHA: Obrigado, Ver. Janta.

Voltando ao assunto, Ver.^a Sofia, eu realmente quero lhe aconselhar, mais uma vez, para a senhora, quem sabe, falar com o Prefeito Fortunati, porque aí pode ser que ele lhe leve como conselheira dele, para a senhora dizer o que ele deve fazer, aonde o Prefeito deve ir, se ele deve vir a esta Casa, e assim por diante. Ficaria bem melhor a senhora trabalhar ao lado do Prefeito. Porque, realmente, eu acho que a senhora gosta muito do Prefeito! O sonho de vocês era ter o Prefeito Fortunati no Partido de vocês!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Alceu Brasinha. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra no período temático de Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra no período temático de Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é realmente muito grave, na minha opinião – e não é um assunto para brincadeiras, Ver. Brasinha –, uma Casa dedicar o período temático de Comunicações, às quintas-feiras, para um tema que a Cidade fala e seguir sem explicação para uma obra de R\$ 59 milhões

que não resistiu à água. Isso foi matéria do jornal Zero Hora do dia 12, hoje é dia 14, e todos se perguntam – e hoje seria uma oportunidade de esclarecimento – por que as empresas não vêm a esta Casa, à Câmara Municipal? E olha que esta Câmara não propôs CPI; propôs debate em plenário! É verdade que a Prefeitura veio, mas ela não respondeu a algumas questões fundamentais. Nós questionamos se houve alteração no projeto, se houve todos os cuidados necessários, se houve acompanhamento na alteração do projeto e controle de qualidade dos materiais. Especialmente, eu questionei como pode uma licitação alterar o valor de R\$ 42 milhões para R\$ 59 milhões?

Os economistas, gestores, todos nós temos obrigação de conhecer a Lei nº 133, Lei das Licitações, que permite aditamento em até 20% da obra – e nós temos aqui gestores da área de obras –, no entanto, esse aditamento é quase de 40%! Quiçá, Ver. Comassetto, a ausência das empresas aqui, hoje, seja para não dar explicação de como a Prefeitura fez esse pagamento. Eu levantei esse tema, nós questionamos muito à época qual foi a forma de dar legalidade a uma alteração para 59 milhões em uma obra licitada; no máximo, podia ser aditada em 20%, foi aditada em 40%, e a obra não suportou uma chuvarada?

Também foram levantadas várias questões em relação às bombas. A cidade de Porto Alegre já tinha que ter aprendido, pois já aconteceram alagamentos aqui no bairro Cristal, em dias de chuva, ocasião em que a CEEE vai a alguns lugares desligar a energia elétrica para não eletrocutar ninguém. Porque fica tudo em baixo d'água, fica muito sério! E já tivemos a morte de uma senhora, que foi eletrocutada quando desceu do carro, isso há um mês e pouco. Portanto, se é necessário, se é um procedimento de segurança em alagamentos, nós temos que ter geradores nas bombas que retiram água na cidade de Porto Alegre, sob pena de produzirmos uma tragédia ainda maior. Nós tivemos na Vila Hípica há dois, três anos uma chuvarada, que a deixou alagada, porque a bomba não funcionou. A CEEE desligou a energia, porque o bairro Cristal ficou todo tapado de água, e a bomba não funcionou porque não tinha energia elétrica. Na época, parece que o empreendimento Praia de Belas iria corrigir isso, consertando uma segunda bomba.

O Sr. Engº Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Sofia, não sei se já foi noticiado, mas a Prefeitura, o DMAE e o DEP estão recebendo em torno de R\$ 250 milhões do Governo Federal para, inclusive, colocar geradores nas casas

de bombas. Esse é um recurso já aprovado, que foi anunciado nos últimos dias pelo Governo Federal. Muito obrigado.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Engº Comassetto. Penso que vamos ter de dedicar uma quinta temática só para os recursos que estão vindo do Governo Federal para Porto Alegre.

O que não dá para aceitar é uma incompetência de gestão, e, hoje, um desrespeito à Casa do Povo, a este Legislativo Municipal. Porque certamente não pode ser coincidência que sete entidades não apareçam. E nós queremos, ainda, Vereador-Presidente, saber qual foi a resposta oficial da Prefeitura. Certamente houve uma combinação, e isso pode ser desastroso, Ver. Brasinha, para a vida das pessoas de Porto Alegre, pois nós não estamos livres de uma chuvarada; hoje, por exemplo, lá em Minas Gerais, morreu um menino, que foi levado por uma enxurrada, e as situações se repetem.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr.Thiago): Encerrado o período temático de Comunicações. Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, desde a abertura do período destinado aos comparecimentos que não ocorreram, nós já vínhamos nos manifestando, colocando a posição do Governo com muita clareza. O Governo foi informado sobre essa audiência, foi informado que havia esse convite para que essas empresas e entidades aqui comparecessem, mas o Governo entendeu, como efetivamente entende, que havia, de forma muito clara, comparecido aqui através da presença da Direção do Departamento de Esgotos Pluviais, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e de outros órgãos vinculados àquela obra e oferecido, no que lhe cabia oferecer e no que era seu dever oferecer, todas as informações que eram passíveis de serem oferecidas naquele momento, resguardando-se o direito de voltar a esta Casa

pág. 30

quando o parecer técnico do CREA estivesse concluído para, então, em cima dessa nova situação, desse dado concreto, evoluir num debate, se for o caso, se forem confirmadas as posições anteriores, se forem alteradas as posições, tomar, enfim, o rumo que fosse conveniente ser tomado.

Nós não temos nada a ver com as empresas que foram convidadas a vir aqui e não compareceram. Ver.^a Sofia, essas empresas não foram contratadas pelo Governo José Fortunati, ou pelo Governo José Fogaça; essas empresas foram contratadas pelo seu Governo, o Governo João Verle. Dois dias antes de terminar o mandato, ele contratou as empresas constantes do consórcio PMR, ou seja, a MAC Engenharia, a Ribas Construtora Ltda. e a Pavimentadora Pavicon Ltda., que foram as convidadas e que hoje aqui não vieram. Aliás, o projeto a respeito dessa obra foi contratado pelo Governo da Ver.^a Sofia Cavedon com a Beck de Souza Engenharia Ltda., que não foi convidada a vir aqui hoje, senão teria que vir.

Quero reafirmar de forma muito clara: o Governo do Município não tem nada a esconder. O convite a essas empresas decorre da informação trazida a esta Casa pelo Diretor do DEP. Agora, quando ocorrer e no momento em que ocorrer a manifestação do CREA, órgão, repito, imparcial, sobre o qual não paira a menor dúvida sobre idoneidade, quando esse oferecer as informações que tecnicamente sejam possíveis para se saber se houve erro no projeto – projeto contratado pelo Governo do Partido dos Trabalhadores –, se houve erro na execução pelas firmas contratadas no Governo do Partido dos Trabalhadores, se isso houve, aí nós vamos partir para a responsabilização de quem, eventualmente, até possa ter colocado material indevido na obra, o que o laudo técnico vai dizer. Antes disso, qualquer gesto de parte do Governo é irresponsabilidade! O Governo não pode sair na base do “achismo”, entendendo que tem que arrumar um culpado. Nós poderíamos simplesmente dizer que não temos nada a ver com as empresas que executaram a obra porque não foram contratadas pelo Governo! A fiscalização da obra foi feita, inclusive, pelo BID! Nós não teríamos nenhuma razão para ter qualquer tipo de temor. Inclusive, uma das convidadas, a Construtora Ribas, há mais tempo saiu da obra e a sucessora assumiu integralmente a responsabilidade por ela. Então, provavelmente não tem por que discutir por que razão não vieram. Para mim, acho que elas deveriam vir aqui colocar as suas posições, mas não vieram, não nos cabe responsabilizar. Estamos dizendo que o DEP – Departamento de Esgotos Pluviais –, que

foi dito que estava ausente na Casa, que havia sido convidado, foi convidado 15 dias antes e aqui compareceu e no detalhe colocou todas as posições que tinha que colocar. Hoje, através de funcionários qualificados, está aqui ouvindo para ver se as empresas ou as demais entidades convidadas trariam alguma nova informação sobre a qual tivesse que se manifestar. Não houve, não vieram, então não cabe ao DEP fazer outra coisa senão manter a posição. Uma vez conhecida a posição técnica do CREA, o Departamento de Esgotos Pluviais está à disposição da Casa para retomar a discussão com base neste Parecer Técnico que foi solicitado pelo Município. Portanto, Sr. Presidente, não cabe ser dito mais absolutamente nada, e em tais condições, no nosso entendimento, sobre esse erro, está encerrado o debate. Voltaremos a debater quando tivermos os dados técnicos para assim o fazer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo Ofício nº 325/GP (Lê.): “Senhor Presidente: Apresento a V. Exa. e seus dignos Pares a presente retificação ao Veto Total proposto ao PLC nº 018/12 que altera as alíneas ‘a’ e ‘e’ do § 2º do art.18 da Lei Complementar nº 197, de 21 de março de 1989 – que institui e disciplina o Imposto sobre a transmissão intervivos, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais relativos –, e alterações posteriores, dispondo sobre o parcelamento desse imposto (...)”.

Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dez Vereadores presentes. Não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h16min.)